

Pirapora Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

**Aos Diretores e aos Acionistas da
Pirapora Solar Holding S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora Solar Holding S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Sociedade apresenta capital circulante negativo de R\$ 200.933.670 na controladora e R\$ 235.111.025 no consolidado em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e dependem, substancialmente, de aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros até que suas operações passem a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

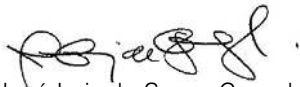
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pirapora Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	2017		2016	
		controladora	consolidada	controladora	consolidada
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.585	93.421	3.079	34.469
Aplicações financeiras	5	1.591.821	27.716.375	106.134	77.938.907
Contas a receber de clientes	6	-	13.355.006	-	-
Contas a receber - parte relacionada	7	-	4.622.342	-	-
Adiantamentos		255	255	-	11.716
Despesas antecipadas	8	-	818.117	-	1.060.918
Tributos a recuperar	9	7.802	212.071	4.156	26.500
Dividendos a receber	10	516.213	-	-	101.607
		<u>2.126.676</u>	<u>46.817.587</u>	<u>113.369</u>	<u>79.174.117</u>
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contratos de mútuo - parte relacionada	7	10.792.064	-	-	-
Despesas antecipadas	8	-	233.614	-	633.939
Investimentos em Sociedades controladas	10	404.919.160	-	226.124.815	-
Imobilizado	11	-	880.452.943	-	119.277.398
Intangível	12	-	33.315.301	-	31.382.810
		<u>415.711.224</u>	<u>914.001.858</u>	<u>226.124.815</u>	<u>151.294.147</u>
Total do ativo		<u>417.837.900</u>	<u>960.819.445</u>	<u>226.238.184</u>	<u>230.468.264</u>
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	13	26.430	1.926.748	2.334	80.758
Contas a pagar	14	3.691.991	35.803.488	120.033	1.637.703
Contas a pagar - parte relacionada	7.3	-	4.964.709	-	2.635.300
Empréstimos e financiamentos	15	199.341.925	237.391.077	-	-
Provisão para IRPJ e CSLL	16	-	1.842.590	-	-
		<u>203.060.346</u>	<u>281.928.612</u>	<u>122.367</u>	<u>4.353.760</u>
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	464.113.279	-	-
Contratos de mútuo - parte relacionada		-	-	1.313	-
		<u>-</u>	<u>464.113.279</u>	<u>1.313</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	17	226.392.465	226.392.465	226.392.465	226.392.465
Prejuízos acumulados		(11.614.911)	(11.614.911)	(277.961)	(277.961)
		<u>214.777.554</u>	<u>214.777.554</u>	<u>226.114.504</u>	<u>226.114.504</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>417.837.900</u>	<u>960.819.445</u>	<u>226.238.184</u>	<u>230.468.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		2017		2016	
	Nota	controladora	consolidada	controladora	consolidada
Receita de vendas e serviços	18	-	23.369.476	-	-
Custo das vendas e serviços	19	-	(8.227.041)	-	-
Lucro bruto		-	15.142.435	-	-
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais	20	(1.166.736)	(3.795.194)	(21.521)	(399.998)
Participação de equivalência patrimonial	10	2.378.067	-	(204.538)	-
Amortização do Ágio de investimentos	12	(1.753.437)	(1.753.437)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(542.106)	9.593.804	(226.059)	(399.998)
Despesas financeiras	21	(11.219.378)	(23.817.735)	(122.786)	(182.544)
Receitas financeiras	21	424.534	5.969.241	70.884	202.973
Resultado financeiro líquido		(10.794.844)	(17.848.494)	(51.902)	20.429
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.336.950)	(8.254.690)	(277.961)	(379.569)
IR e CS correntes	16	-	(2.811.504)	-	-
IR e CS diferidos	16	-	(270.756)	-	101.608
Prejuízo do exercício		(11.336.950)	(11.336.950)	(277.961)	(277.961)
		(11.336.950)	(11.336.950)	(277.961)	(277.961)
Prejuízo líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		(0,005)	(0,005)	(0,001)	(0,001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Adiant. p/ futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido da controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Subscrição de Capital	192.477.695	(192.477.695)	-	-
Transferencia de cotas	33.914.770	-	-	33.914.770
Adiant. p/ futuro aumento de capital	-	192.477.695	-	192.477.695
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(277.961)	(277.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	226.392.465	-	(277.961)	226.114.504
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	-	-	(11.336.950)	(11.336.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	226.392.465	-	(11.614.911)	214.777.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2017		2016	
	controladora	consolidada	controladora	consolidada
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(11.336.950)	(11.336.950)	(277.961)	(277.961)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação	-	7.100.427	-	-
Juros a realizar empréstimos parte relacionada	(366.855)	-	-	-
Provisão de Juros	9.044.896	29.947.254	-	7.301
Provisão de Juros BNDES	-	12.769.251	-	-
Provisão de Juros parte relacionada	-	113.671	-	-
Provisão de IOF parte relacionada	(85.209)	52.409	-	-
Variação cambial	2.180	2.180	-	235
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	425.053	-	(101.608)
Imposto de renda e contribuição social	-	2.466.517	-	-
Amortização do Ágio de investimentos	1.753.437	1.753.437	-	-
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	(2.378.067)	-	204.538	-
	(3.366.568)	43.293.249	(73.423)	(372.033)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Aplicações financeiras	(1.485.688)	50.222.532	(106.134)	(77.938.908)
Contas a receber de clientes	-	(13.355.006)	-	-
Contas a receber - parte relacionada	-	(4.280.398)	-	(343.258)
Adiantamentos	(255)	130.995	-	(1.706.572)
Despesas antecipadas	-	523.594	-	-
Tributos a recuperar	(3.646)	(185.573)	(4.156)	(26.499)
Tributos a recolher	22.988	1.844.882	2.334	80.757
Tributos diferidos	-	101.607	-	-
Contas a pagar	(115.042)	30.478.786	-	-
Contas a pagar - parte relacionada	-	1.987.464	120.033	1.979.411
Provisão para IRPJ e CSLL	-	(190.690)	-	-
Outros	-	189.376	(203.225)	1.313
	(1.581.643)	67.467.569	(191.148)	(77.953.756)
Gerado pelas operações:				
Juros pagos de empréstimos parte relacionada	-	(1.766.100)	-	-
Juros pagos de empréstimos	-	(20.902.358)	-	-
Juros Recebidos de empréstimos parte relacionada	-	1.652.429	-	-
IOF pagos de empréstimos parte relacionada	-	(52.410)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.048.980)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.948.211)	88.643.399	(264.571)	(78.325.789)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(175.000.000)	-	(203.816.700)	-
Aquisição de imobilizado	-	(736.699.582)	-	-
Custos financeiros capitalizados	-	(31.576.389)	-	-
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	-	-	(116.649.397)
Compras de ativos intangíveis	-	-	-	(9.074.695)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(175.000.000)	(768.275.971)	(203.816.700)	(125.724.092)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	-	204.084.350	204.084.350
Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	-	10.200.000	-	-
Pagamento de empréstimos com parte relacionada	(1.313)	(10.200.000)	-	-
Obtenção de empréstimos	191.000.000	1.113.271.233	-	-
Pagamento de empréstimos	-	(422.184.583)	-	-
Custos de transações dos empréstimos	(702.970)	(11.395.126)	-	-
Empréstimos concedidos com parte relacionada	(10.340.000)	-	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	179.955.717	679.691.524	204.084.350	204.084.350
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	7.506	58.952	3.079	34.469
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3.079	34.469	-	-
No final do exercício	10.585	93.421	3.079	34.469
	7.506	58.952	3.079	34.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 1 de julho de 2016, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 17º andar (parte), Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

A autorização para exploração, adquirida pelo consórcio Pirapora, um dos vencedores no primeiro leilão de energia de reserva de 2015, realizado pela ANEEL em 28 de agosto de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 42 MWm ao preço médio de R\$ 298,58/MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas cinco entidades (suas controladas) que, juntas, possuem capacidade total instalada de 150MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 8 de setembro de 2016, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora I para a sociedade Pirapora Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Sociedade passou a controlar 100% do capital das Sociedades Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X, detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 150MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 7 de outubro de 2016, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora Holding.

As suas controladas entraram em operação comercial ao longo do segundo semestre de 2017, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora V: a partir do dia 19 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.510, de 18 de outubro de 2017;
- Pirapora VI: a partir do dia 06 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.395, de 05 de outubro de 2017;
- Pirapora VII: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.171, de 25 de setembro de 2017;
- Pirapora IX: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.172, de 25 de setembro de 2017;
- Pirapora X: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.534, de 25 de setembro de 2017.

Ressalta-se que, apesar da entrada em operação acima mencionada das SPEs, a Sociedade e suas controladas apresentam capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2017 e dependem, substancialmente, de aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros até que suas operações passem a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

1.1 Da autorização

As suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Controladas	Assinatura da Outorga	Capacidade
Pirapora V Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VI Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VII Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora IX Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora X Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
		<hr/>
		150 MW
		<hr/> <hr/>

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- a. Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- b. Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- c. Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- d. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora I à Subestação Pirapora 2;
- e. Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação que se qualifique como outros resultados abrangentes nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(i) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos mútuos com partes relacionada empréstimos com o BNDES.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referentes à venda de energia realizada, a partir do momento da entrada efetiva em operação. Os montantes são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

Ativo intangível amortizável

A mais valia registrada como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas está sujeito à amortização pelo prazo de autorização da geração de energia.

Investida	Goodwill	Custo de aquisição	Intangível amortizável	Periodo de outorga	Prazo
Pirapora V	4.461.622	2.552.124	7.013.747	01/03/16	35 anos
Pirapora VI	4.461.622	2.552.124	7.013.747	01/03/16	35 anos
Pirapora VII	4.461.622	2.552.124	7.013.747	01/03/16	35 anos
Pirapora IX	4.461.622	2.552.124	7.013.747	01/03/16	35 anos
Pirapora X	4.461.622	2.552.124	7.013.747	01/03/16	35 anos
Total	22.308.110	12.760.620	35.068.735	-	-

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. *Receita de geração de energia*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. *Receita de geração de energia em fase de teste*

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. *Receita de juros*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

Em 2017, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2017.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação fiscal para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2017.

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- **Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção.

- **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR.

- **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar eventuais melhorias em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade está em processo de implementação.

b) IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Sociedade não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) IFRS 16 *Leases* (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 16 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Bancos	<u>10.585</u>	<u>93.421</u>	<u>3.079</u>	<u>34.469</u>
Total	<u>10.585</u>	<u>93.421</u>	<u>3.079</u>	<u>34.469</u>

5 Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são demonstrados a seguir:

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Aplicações financeiras	1.591.821	27.716.375	106.134	77.938.907
Total	1.591.821	27.716.375	106.134	77.938.907

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	13.355.006	-	-
Total	-	13.355.006	-	-

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2017. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Sociedade, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

7.1 Contas a receber

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Pirapora II Energias Renováveis	-	54.754	-	-
Pirapora III Energias Renováveis	-	54.754	-	-
Pirapora IV Energias Renováveis	-	54.754	-	-
Vazante I Energias Renováveis	-	1.487.308	-	-
Vazante II Energias Renováveis	-	1.485.386	-	-
Vazante III Energias Renováveis	-	1.485.386	-	-
Total	-	4.622.342	-	-

Consórcio Pirapora Interconexões

Em 5 de janeiro de 2016, foi constituído o Consórcio Pirapora composto pelas usinas Pirapora V, VI, VII, IX e X (também chamado de Parque Solar Pirapora.), substituído em 21/09/16, com a criação do Consórcio Pirapora Interconexões. O objeto do Consórcio Pirapora Interconexões é o desenvolvimento, execução, implantação, operação, manutenção utilização e concessão a terceiros dos direitos de utilização de instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica. A líder do Consorcio, nomeada pelas Consorciadas é Pirapora X.

A participação das Consorciadas nas despesas comuns, nas receitas e na divisão de resultados, em como nos direitos e obrigações relativos ao contrato, será limitada ao percentual de participação conforme abaixo:

- Pirapora V - 20%, Pirapora VI - 20%, Pirapora VII - 20%, Pirapora IX- 20% e Pirapora X- 20%

Em 07 de Dezembro de 2017 foi assinado o aditivo ao contrato de formação do Consórcio Pirapora Interconexões, (o “Consórcio”), com objetivo de ratear os custos comuns de construção e manutenção da Subestação e da linha de transmissão do projeto Pirapora Fase 1 (composta pelas entidades Pirapora V Energias Renováveis S.A., Pirapora VI Energias Renováveis S.A., Pirapora VII Energias Renováveis S.A., Pirapora IX Energias Renováveis S.A., Pirapora X Energias Renováveis S.A.) com os projetos Pirapora Fase 2, (composto pelas entidades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A., Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) e com o projeto Pirapora Fase 3, (composto pelas entidades Vazante I Energias Renováveis S.A., Vazante II Energias Renováveis S.A. e Vazante III Energias Renováveis S.A.).

As Consorciadas denominaram Pirapora X Energias Renováveis S.A. como a líder do projeto que terá duração de 35 anos.

A liquidação desses valores está prevista para o exercício de 2018.

7.2 Contrato de mútuo concedido

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Sociedade as suas controladas. O montante principal, de R\$ 10.340.000, está sendo atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%, montados em R\$ 85.209 e R\$ 366.855, respectivamente. A estimativa de quitação do mútuo é para o exercício de 2018.

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Pirapora V Energias Renováveis	2.089.105	-	-	-
Pirapora VI Energias Renováveis	2.089.105	-	-	-
Pirapora VII Energias Renováveis	2.089.105	-	-	-
Pirapora IX Energias Renováveis	2.089.105	-	-	-
Pirapora X Energias Renováveis	2.435.644	-	-	-
Total	10.792.064	-	-	-

7.3 Contas a pagar

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Canadian Solar Inc (i)	-	140.000	-	2.635.300
EDF EN do Brasil Participações (ii)	-	4.824.709	-	-
Total	-	4.964.709	-	2.635.300

- (i) O saldo de 2016 refere-se ao contrato de empréstimo com Canadian Solar INC, com finalidade de fundos para financiamento do Complexo Solar Pirapora I. O saldo é atualizado com juros de 1% ao ano e foi totalmente liquidado em 07 de junho de 2017.

O montante de R\$ 140.000, de 2017, refere-se ao saldo a pagar oriundo da construção do parque solar, na qual ainda possui compromisso contratual com este fornecedor até o encerramento desta demonstração financeira.

Abaixo segue o quadro demonstrando o saldo por Sociedade investida:

	Consolidado	
	2017	2016
Pirapora V	28.000	537.605
Pirapora VI	28.000	473.446
Pirapora VII	28.000	552.024
Pirapora IX	28.000	541.360
Pirapora X	28.000	530.865
	140.000	2.635.300

- (ii) Em 07 de outubro de 2016, foi celebrado o contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) as sociedades da fase 1 (Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X) referente ao repasse dos custos necessários para desenvolvimento e construção da usina solar. O rateio de despesas é proporcional à capacidade solar de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é o exercício de 2018.

Abaixo segue o quadro demonstrando o saldo por Sociedade investida:

	Consolidado	
	2017	2016
Pirapora V	964.942	-
Pirapora VI	964.942	-
Pirapora VII	964.942	-
Pirapora IX	964.942	-
Pirapora X	964.942	-
	4.824.710	-

7.4 Dividendos a receber

Os saldos de dividendos a receber são demonstrados a seguir:

	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Lucro líquido/(prejuízos) do exercício	535.956	619.510	505.839	307.267	409.495	2.378.067
(-) Prejuízo acumulados anteriores	(47.901)	(40.365)	(43.756)	(28.592)	(43.924)	(204.538)
Base para a constituição de reserva legal	488.055	579.145	462.083	278.675	365.571	2.173.529
(-) Constituição de reserva legal	(24.403)	(28.957)	(23.104)	(13.933)	(18.279)	(108.676)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	463.652	550.188	438.979	264.742	347.292	2.064.853
(=) Dividendos distribuídos	115.913	137.547	109.745	66.185	86.823	516.213
(=) Dividendos adicionais propostos	347.739	412.641	329.234	198.556	260.469	1.548.639

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2017 e em 2016.

8 Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
Seguro	-	1.051.731	-	1.694.857
Total	-	1.051.731	-	1.694.857
Circulante	-	818.117	-	1.060.918
Não Circulate	-	233.614	-	633.939

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro de riscos operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Riscos de Engenharia e Condições Especiais de Obras Cíveis em Construção e Instalação e Montagem e Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura os Serviços de obras cíveis e instalação e montagem necessários à implantação da Usina Solar Pirapora I de energia fotovoltaica, tendo como vigência o período de 26/09/17 à 26/09/18.

Coberturas	Importâncias seguradas
Lucros cessantes	134.643.000
Danos materiais	858.837.000

Seguro Transporte

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e Atraso no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura o Município de Pirapora-MG. A importância segurada é de R\$ 636.958.000 tendo como vigência o período de 07/10/16 à 01/08/19.

Coberturas

Danos físicos a carga
Atraso no início da operação

**Importâncias
seguradas**
R\$ 4.000.000/frete
R\$ 114.381.439

9 Tributos a recuperar

A composição dos tributos a recuperar é a demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Tributos Federais	7.802	212.072	4.156	20.499
Total	7.802	212.072	4.156	20.499

Os créditos fiscais acima referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados no 3º trimestre de 2017, na qual foi constituído saldo negativo da Sociedade e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10 Investimentos em Sociedades controladas

Os saldos dos investimentos por sociedade controlada são demonstrados a seguir:

	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Patrimônio da investida	81.030.955	81.033.204	81.135.325	80.730.571	80.989.105	404.919.160
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	81.030.955	81.033.204	81.135.325	80.730.571	80.989.105	404.919.160

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2016	Aportes de Capital (i)	Custo na Aquisições de investimentos	Amortização do Ágio e custos de aquisição	Equivalência Patrimonial	Dividendos a receber (ii)	Total
Pirapora V	45.224.414	35.000.000	737.185	(350.687)	535.956	(115.913)	81.030.955
Pirapora VI	45.164.743	35.000.000	737.185	(350.687)	619.510	(137.547)	81.033.204
Pirapora VII	45.352.733	35.000.000	737.186	(350.688)	505.839	(109.745)	81.135.325
Pirapora IX	45.102.990	35.000.000	737.186	(350.687)	307.267	(66.185)	80.730.571
Pirapora X	45.279.935	35.000.000	737.186	(350.688)	409.495	(86.823)	80.989.105
Saldo do investimento	226.124.815	175.000.000	3.685.928	(1.753.437)	2.378.067	(516.213)	404.919.160

- (i) Em 30 de junho de 2017, mediante Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Pirapora Holding aprovaram o aumento de capital das controladas Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X na Sociedade.
- (ii) Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

Abaixo apresentamos as principais informações financeiras das controladas:

	<u>Pirapora V</u>	<u>Pirapora VI</u>	<u>Pirapora VII</u>	<u>Pirapora IX</u>	<u>Pirapora X</u>
Ativos Circulantes	9.621.637	10.208.749	7.479.728	14.483.774	19.507.288
Ativos não circulantes	177.993.071	175.471.598	177.396.052	179.137.375	170.688.461
Passivos circulantes	20.430.324	18.485.975	17.579.409	26.729.410	23.045.475
Passivos não circulantes	92.816.489	92.824.228	92.824.106	92.824.229	92.824.229
Patrimônio Líquido	74.367.895	74.370.144	74.472.265	74.067.510	74.326.045
Resultado	535.956	619.510	505.839	307.267	409.495

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	2017					
	Taxa de Deprec.	Saldo em 31/12/2016	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Painéis solares fotovoltaicos (i)	4%	-	-	887.553.369	(7.100.427)	880.452.942
Adiantamento para aquisição de imobilizado (ii)	-	112.249.662	16.321.742	(128.571.404)	-	-
Capitalizações de resultado financeiro (iii)	-	-	31.576.389	(31.576.389)	-	-
Capitalizações de resultado operacional (iv)	-	-	(7.737.384)	7.737.384	-	-
Instalações em construção (v)	-	7.027.736	728.115.224	(735.142.960)	-	-
Total		119.277.398	768.275.971	-	(7.100.427)	880.452.942
Custo		119.277.398				887.553.369
Depreciação acumulada		-				(7.100.427)
Imobilizado líquido		119.277.398				880.452.942

	2016		
	Saldo em 31/12/2015	Adição	Saldo em 31/12/2016
Adiantamentos para aquisição Imobilizado (ii)	-	112.249.662	112.249.662
Instalações em Construção (v)	-	7.027.736	7.027.736
Total	-	119.277.398	119.277.398
Custo Imobilizado líquido			119.277.398

(i) Painéis solares fotovoltaicos

Com o início da operação comercial da Sociedade e de suas controladoras, a construção dos painéis solares fotovoltaicos foi finalizada. O montante anteriormente era classificado como instalações em construção, adiantamentos para aquisição de imobilizado e capitalização dos empréstimos.

(ii) Adiantamento para aquisição de imobilizado

As adições durante ao ano de 2017 referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, representados acima pelo montante de R\$ 16.321.742 (R\$ 112.249.662 em 31 de dezembro de 2016). Com o término da construção, o montante foi totalmente capitalizado, transferindo o seu saldo para a conta de painéis solares.

(iii) Resultados financeiros

O montante demonstrado em capitalizações financeiras é composto de juros, IOF, comissões e despesas com serviços financeiros no montante total de R\$ 31.576.389, baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20, todos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável em questão. A capitalização cessou no instante em que as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para seu uso foram concluídas.

(iv) Resultados operacionais

O montante de R\$ 7.737.384 é composto pela geração de energia no período de testes da usina, além do PIS/COFINS sobre a receita. Tal prática é preconizada pelo item (e) do parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

(v) Instalações em construção

O montante demonstrado em Instalações em construções, refere-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção do parque eólico e que são necessários para colocar o ativo no local e condição.

Em 2016, parte dos valores de instalações em andamento estavam sendo classificados na rubrica de projetos em andamento dentro do Intangível, sendo transferidos para ativo imobilizado quando da entrada da operação em 2017.

12 Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

	2017	2016
Aquisição de ativos	35.068.738	31.382.810
Amortização do Ágio de investimentos	(1.753.437)	-
	33.315.301	31.382.810

Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Sociedade.

13 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Tributos Federais	26.431	966.370	2.334	23.862
Tributos Estaduais	-	1.711	-	56.536
Tributos Municipais	-	36.414	-	360
Outros tributos	-	922.254	-	-
Total	26.431	1.926.749	2.334	80.758

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

\

14 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
ABB LTDA	-	694.460	-	-
BIOSAR BRASIL	-	15.153.699	-	-
DEKRA	-	140.000	-	-
ERNST & YOUNG	-	89.885	-	-
FLEXTRONICS INTERNATIONAL	-	12.371.758	-	-
FRANHOUFER	-	318.380	-	-
GENERAL CABLE	-	32.594	-	-
GE-POWER	-	2.411.414	-	-
JG-ASSIS DE ALMEIDA E ASSOCIADOS	4.991	27.383	-	-
SOLATIO (i)	3.687.000	3.687.000	120.033	120.033
STATE GRID	-	34.940	-	-
SWISS RE CORPORATE	-	-	-	1.508.026
WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	-	790.000	-	-
DIVERSOS	-	51.975	-	9.644
Total	3.691.991	35.803.488	120.033	1.637.703

A divisão do saldo consolidado é conforme segue:

	<u>Pirapora Holding</u>	<u>Pirapora V</u>	<u>Pirapora VI</u>	<u>Pirapora VII</u>	<u>Pirapora IX</u>	<u>Pirapora X</u>	<u>Total</u>
ABB LTDA	-	138.892	138.892	138.892	138.892	138.892	694.460
BIOSAR BRASIL	-	2.341.658	4.821.801	2.120.125	3.374.313	2.495.801	15.153.698
DEKRA	-	28.000	28.000	28.000	28.000	28.000	140.000
ERNST & YOUNG	-	17.977	17.977	17.977	17.977	17.977	89.885
FLEXTRONICS INTERNATIONAL	-	2.442.591	2.442.591	2.436.020	2.525.278	2.525.278	12.371.758
FRANHOUFER	-	105.320	147.320	-	-	65.740	318.380
GENERAL CABLE	-	6.480	6.480	6.577	6.480	6.577	32.594
GE-POWER	-	482.283	(2.797.556)	(2.462.878)	6.707.283	482.283	2.411.415
JG-ASSIS DE ALMEIDA E ASSOCIADOS	4.991	2.565	2.524	2.524	2.565	12.214	27.383
SOLATIO	3.687.000	-	-	-	-	-	3.687.000
STATE GRID	-	6.988	6.988	6.988	6.988	6.988	34.940
WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	-	-	-	-	-	790.000	790.000
DIVERSOS	-	11.759	9.794	10.834	9.794	9.794	51.975
Total	3.691.991	5.584.513	4.824.811	2.305.059	12.817.570	6.579.544	35.803.488

- (i) O montante de 2016 refere-se ao saldo atualizado com variação cambial, referente parcela final dos milestones, aquisição das investidas, e foi totalmente pago em 08 de dezembro de 2017.

O montante de 2017 refere-se ao valor complementar dos milestones, aquisição das investidas e possui previsão de pagamento até abril de 2018.

O ciclo de liquidação dos títulos gera em torno de 30 dias.

15 Empréstimos e financiamentos

Controladora

Abaixo apresentamos o saldo de empréstimos e financiamentos da controladora:

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Moeda</u>	<u>Controladora</u>			<u>31/12/2017</u>
		<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimentos</u>	
Principal IDB	R\$	CDI+1,40 %	9,63%	2018	191.000.000
Juros					9.044.895
Custos de captação					<u>(702.970)</u>
					<u>199.341.925</u>
				Passivo circulante	199.341.925

Em 22 de junho de 2017, a Pirapora Holding firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o INTER-American Development Bank (IIC), no montante de R\$ 191.000.000. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 702.970 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 9.044.895.

O objetivo desta captação é financiar a construção dos parques solar das SPEs Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X.

Sobre o principal da dívida incidem CDI mais juros de 1,40% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 01 de março de 2018.

Garantias

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pela EDF Energies Nouvelles S.A., controladora francesa do Grupo.

Consolidado

Os empréstimos consolidados estão demonstrados abaixo:

Linha de Crédito	Moeda	Consolidado				31/12/2017
		Encargos anuais	Taxa	Vencimentos		
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+3,18 %	10,03%	2018 a 2034	500.086.650	
Juros		-	-	-	12.769.251	
Custos de captação		-	-	-	(10.693.470)	
					502.162.431	
Principal IDB	R\$	CDI+1,40 %	9,63%	2018	191.000.000	
Juros					9.044.895	
Custos de captação					(702.970)	
					199.341.925	
				Passivo circulante	237.391.077	
				Passivo não circulante	464.113.279	

Controladas

Em 26 de setembro de 2017, a empresa firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 529.039.000,00, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2017 em um montante total de R\$ 500.086.650. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 10.906.045 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 12.769.251. Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa de empréstimo de 10,03% a.a.

O objetivo desta captação é implantação (construção) do parque solar.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 3,18% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 14 de março de 2018.

- O valor do principal será amortizado em 218 prestações mensais, com início em 14 de março de 2018 até 14 de março de 2036.

A divisão do saldo consolidado é conforme segue:

	Pirapora Solar Holding	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Principal BNDES FINEM / IDB	191.000.000	100.017.330	100.017.330	100.017.330	100.017.330	100.017.330	691.086.650
Juros	9.044.895	2.557.318	2.557.318	2.539.979	2.557.318	2.557.318	21.814.146
Custos de captação	(702.970)	(2.144.690)	(2.136.950)	(2.137.929)	(2.136.951)	(2.136.950)	(11.396.440)
Total	199.341.925	100.429.958	100.437.698	100.419.380	100.437.697	100.437.698	701.504.356

Garantias

O empréstimo conta com garantias corporativas, penhor de ações e equipamentos.

Covenants

A partir de 2019, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do Contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o resultado pelo lucro real e as siass controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidada	Controladora	Consolidada
Contribuição Social	-	583.065	-	-
Impostos de Renda	-	1.259.525	-	-
Total	-	1.842.590	-	-

Considerando que a Sociedade não apresentou IRPJ e CSLL devidos nos exercícios de 2016 e 2017, apresentaremos a abaixo o cálculo consolidado de suas controladas de 2017:

Impostos correntes:

	2017	2016
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		-
Receitas de vendas	19.140.481	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	1.539.238	-
Base presumida para a CSLL (12%)	2.308.857	-
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	1.412.677	-
Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas	325	-
Receita de descontos	1576048	-
Demais receitas e ganhos de capital	3.879.334	-
Base de cálculo do imposto de renda	8.407.623	-
Base de cálculo da contribuição social	9.177.242	-
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	1.261.137	-
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	724.420	-
Alíquota da Contribuição Social - 9%	825.947	-
Total de Imposto de Renda Corrente	1.985.557	-
Total de Contribuição Social Corrente	825.947	-
Total dos tributos correntes	2.811.504	-

Impostos diferidos:

	2017	2016
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Receita de geração de energia à receber	5.014.543	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	401.164	-
Base presumida para a CSLL (12%)	601.744	--
Juros a receber - CCEE	44.368	-
Base de cálculo do imposto de renda	445.532	298.844
Base de cálculo da contribuição social	646.113	298.844
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	66.445	44.828
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	44.553	29.884
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	58.150	26.896
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	110.998	74.712
Total de Contribuição Social Diferida	58.150	26.896
Total de tributos diferidos	169.148	101.608

17 Patrimônio Líquido

17.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 226.392.465 (igual em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 226.392.465 (igual em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	%	2017	2016
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	80	181.113.972	181.113.972
Canadian Solar Uk Projects Limited	20	45.278.493	45.278.493
	<u>100</u>	<u>226.392.465</u>	<u>226.392.465</u>

Resultado do exercício

A Sociedade registrou lucro líquido no montante de R\$ 9.583.513 em 31 de dezembro de 2017 (prejuízo de R\$ 277.961 em 31 de dezembro de 2016).

17.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2017 em função do prejuízo reconhecido.

18 Receitas de vendas

A composição das receitas de vendas é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Geração de energia				
Receita de vendas	-	24.254.785	-	-
Receita bruta	-	24.254.785	-	-
(-) Deduções da receita bruta				
PIS	-	(157.658)	-	-
COFINS	-	(727.651)	-	-
Total das deduções da receita bruta	-	(885.309)	-	-
Total da receita líquida	-	23.369.476	-	-

19 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custos operacionais				
Seguro	-	(236.404)	-	-
Ajustes na conta da CCEE	-	(3.133)	-	-
Outros custos	-	(18.694)	-	-
	<u>-</u>	<u>(258.231)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos e taxas				
TUSD	-	(684.445)	-	-
	<u>-</u>	<u>(684.445)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Serviços prestados				
Serviços de comercialização	-	(30.000)	-	-
Outros serviços	-	(153.939)	-	-
	<u>-</u>	<u>(183.939)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciação				
Custo com depreciação	-	(7.100.426)	-	-
	<u>-</u>	<u>(7.100.426)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos custos de vendas	<u>-</u>	<u>(8.227.041)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

20 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesas administrativas				
Condução/Locomoção	-	(851)	-	-
Energia, telefone e internet	-	(102)	-	-
Viagens e estadias	-	(10.087)	-	(4.553)
Cópias e reproduções	-	(1.425)	-	-
Material de escritório	-	-	-	(675)
Despesas Legais	(52.047)	(75.204)	-	(11.564)
Correios	(19)	(140)	-	-
Outras	(35.200)	(51.900)	-	-
	<u>(87.266)</u>	<u>(139.709)</u>	<u>-</u>	<u>(16.792)</u>

Impostos e taxas

PIS e COFINS	(19.137)	(19.137)	(3.296)	(9.430)
IOF	-	-	-	(36.476)
Outros impostos e taxas	-	(12.300)	(134)	(1.843)
Contribuição associativa	-	(532)	-	-
	<u>(19.137)</u>	<u>(31.969)</u>	<u>(3.430)</u>	<u>(47.749)</u>

Despesas com serviços prestados

Honorários de Contadores	(111.950)	(560.129)	(18.092)	(123.611)
Honorários de Consultores	-	(15.812)	-	-
Honorários de Auditores	(8.442)	(55.276)	-	-
Honorários de Advogados	(822.237)	(1.348.926)	-	(8.960)
Publicidade	(12.932)	(218.497)	-	-
Outros Serviços	(104.772)	(553.776)	-	(202.886)
	<u>(1.060.333)</u>	<u>(2.752.416)</u>	<u>(18.092)</u>	<u>(335.457)</u>

Outras receitas/(despesas) operacionais

Doações	-	380.797	-	-
Multas contratuais	-	980.231	-	-
Outras receitas operacionais	-	26.345	-	-
	-	<u>1.387.373</u>	-	-

Rateio de despesas

Salários	-	(852.214)	-	-
Previdência social	-	(182.589)	-	-
Outros custos com pessoal	-	(224.047)	-	-
Outros serviços	-	(197.469)	-	-
Aluguel	-	(282.294)	-	-
Seguros	-	(6.509)	-	-
Despesas legais	-	(317.549)	-	-
Viagens e estadias	-	(152.121)	-	-
Serviços prestados pelo exterior	-	(288.421)	-	-
Outros custos	-	(105.500)	-	-
Garantias	-	(2.215.995)	-	-
Capitalização de despesas	-	2.566.235	-	-
	-	<u>(2.258.473)</u>	-	-

Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	<u>(1.166.736)</u>	<u>(3.795.194)</u>	<u>(21.522)</u>	<u>(399.998)</u>
--	--------------------	--------------------	-----------------	------------------

21 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2017		2016	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	44.403	1.457.079	70.884	202.659
Desconto	-	2.420.997	-	2
Juros	290	58.775	-	-
Juros contratos de mútuo	366.855	2.019.283	-	-
Variação cambial	12.986	13.107	-	312
	<u>424.534</u>	<u>5.969.241</u>	<u>70.884</u>	<u>202.973</u>

Despesas financeiras				
Custos de empréstimos	-	3.133.857	-	-
Encargos sobre pagamento em atraso	(366)	(346.077)	(23)	(23.624)
IOF	(2.157.151)	(5.592.957)	(122.623)	(144.079)
Juros	(9.044.896)	(19.257.486)	-	-
Juros s/ mutuo	-	(291.161)	-	(7.300)
Varição cambial passiva	(15.167)	(15.196)	-	(77)
Outras despesas	(1.798)	(1.448.715)	(140)	(7.464)
Total	(11.219.378)	(23.817.735)	(122.786)	(182.544)
Resultado financeiro líquido	(10.794.844)	(17.848.494)	(51.902)	20.429

22 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, conforme categorias abaixo:

	Categorias	2017		2016	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos					
	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras		1.591.821	27.716.375	106.134	77.938.907
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	-	13.355.006	-	-
Contas a receber - parte relacionada	Empréstimos e recebíveis	-	4.622.342	-	-
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	2.064.853	-	-	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	Empréstimos e recebíveis	10.792.064	-	-	-
Passivos					
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Contas a pagar		3.691.991	35.803.488	120.033	1.637.703
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Contas a pagar - parte relacionada		-	4.964.709	-	2.635.300
	Outros passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Empréstimos e financiamentos		199.341.925	701.504.356	-	-
	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Contrato de mútuo - parte relacionada		-	-	1.313	-

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	2017		2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras	1.591.821	27.716.375	106.134	77.938.907
Contas a receber de clientes	-	13.355.006	-	-
Contas a receber - parte relacionada	-	4.622.342	-	-
Dividendos a receber	2.064.853	-	-	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	10.792.064	-	-	-
	<u>14.448.738</u>	<u>45.693.723</u>	<u>106.134</u>	<u>77.938.907</u>

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2017		2017	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	3.691.991	-	35.803.488	-
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	4.964.709	-
Empréstimos e financiamentos	199.341.925	-	237.391.077	464.113.279
	203.033.916	-	278.159.274	464.113.279
	2016		2016	
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	-	-	1.517.670	-
Contas a pagar - parte relacionada	120.033	-	2.755.333	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	1.313	-	-	-
	121.346	-	4.273.003	-

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Os riscos atrelados às operações da Sociedade estão ligados à variação da TJLP e CDI. Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos aos quais a Sociedade estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes: com base no Banco Central, foi obtida a taxa TJLP e CDI, cuja taxa inicial para 2018 é de 6,75% e 6,89% respectivamente, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50%. (Remoto):

Operação	2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros				61.254.691	
BNDES FINEM	500.086.650	TJLP	49.003.753	4.101.321	73.505.630
IDB	191.000.000	CDI	3.281.057	61.254.691	4.921.586

23 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
2018	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	352	346	349	349	346
	Total (R\$ Mil)	25.913	25.437	25.656	25.656	25.437
2019	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	372	365	368	368	365
	Total (R\$ Mil)	27.347	26.844	27.075	27.075	26.844
2020-2037	Total (R\$ Mil)	738.733	725.157	731.395	731.395	725.157